



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
Seção de Infraestrutura e Manutenção Imobiliária

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de seguro para os Edifícios Sede e Anexo do TRE-ES e para os Cartórios Eleitorais da 01ªZE (inclusive NATU) e 06ªZE (inclusive Almoxarifado). (Catser: 90-6)

2. LOCALIZAÇÃO DOS IMÓVEIS

2.1. Ed. Sede e Anexo do TRE/ES: Av. João Batista Parra, 575, Praia do Suá, CEP. 29.052-123, Vitória-ES;

2.2. Cartório da 01ª Zona Eleitoral e Depósito de Urnas Eletrônicas – NATU: Rua Muniz Freire, Fórum Muniz Freire, Cidade Alta 3º e 4º andares, Centro, CEP. 29.015-140, Vitória-ES, Telefone: (27) 3222 5953;

2.3. Cartório da 06ª Zona Eleitoral e Almoxarifado: Av. Brasil c/ Av. Vitória, Bairro Maria das Graças, CEP. 29.715-115, Colatina-ES, Telefone: (27) 3722 5953

3. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Prestação de serviços de seguro para bens patrimoniais imóveis, compreendendo as coberturas (modalidades e valores) e demais condições expressas neste Termo de Referência e nas normas que regem o objeto desta contratação.

4. DETALHAMENTO DOS BENS SEGURADOS, COBERTURAS E FRANQUIAS PRETENDIDAS

4.1. Os Imóveis a serem segurados estão indicados no quadro abaixo, com descrição básica, endereço e área construída aproximada:

ITEM	IMÓVEL	ENDEREÇO	ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA (M²)
01	Edifícios Sede e Anexo do TRE-ES	Av. João Baptista Parra, 575, Praia do Suá, Vitória/ES	10.352,10
02	Cartório da 01ª Zona Eleitoral e Depósito de Urnas Eletrônicas	Rua Muniz Freire, Fórum Muniz Freire, Cidade Alta 3º e 4º andares, Centro, Vitória-ES	1.100,00
03	Cartório da 06ª Zona Eleitoral e Almoxarifado	Av. Brasil c/ Av. Vitória, Bairro Maria das Graças, Colatina-ES	1.069,00



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
Seção de Infraestrutura e Manutenção Imobiliária

4.2 O prédio sede do TRE/ES é integrado a um prédio anexo que possui entrada independente e interligação interna com o prédio Sede através do térreo, primeiro e segundo pavimentos.

4.3. O prédio sede e anexo do TRE/ES são construídos em estrutura de concreto armado, vedação em alvenaria de tijolo cerâmico. A fachada frontal e lateral do Edifício-Sede é revestida em alumínio composto ACM e a fachada dos fundos em pastilhas cerâmicas. A fachada frontal do Edifício Anexo é composta de granito e detalhes em ACM, a fachada lateral é revestida em ACM e cerâmica branca e a fachada dos fundos é revestida em cerâmica branca. Ambas as edificações possuem esquadrias de alumínio com vidro e portas internas de madeiras. A pavimentação interna dos prédios é em piso cerâmico, sendo em alguns setores em granito e o Plenário (aproximadamente 300,00 m²) em carpete. O Edifício-Sede possui 03 elevadores e o Edifício Anexo 02 elevadores.

4.4. A edificação dispõe de sistema de combate a incêndio composto de extintores portáteis, rede de hidrantes, iluminação de emergência, alarme a incêndio, antecâmeras das escadas de emergência com portas corta fogo, sistema de CFTV para monitoração das áreas comuns dos prédios com gravação simultânea.

4.5. Os Edifícios Sede e Anexo do TRE/ES e os Cartórios Eleitorais possuem sistemas de proteção contra descargas atmosféricas com captadores do tipo Franklin.

4.6. Os prédios dos Cartórios Eleitorais são compostos pelas edificações dentro do terreno, compreendendo instalações elétricas e hidráulicas, assim como tudo aquilo que componha suas construções (exceto terreno), tubulações, benfeitorias indispensáveis ao funcionamento que integram sua estrutura de construção.

4.7. O seguro deverá cobrir, **no mínimo, os riscos derivados de incêndio, explosão de qualquer natureza, mesmo que decorrente de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros ou de tumultos** e, ainda queda de raios e suas consequências, danos elétricos, vendaval/granizo e responsabilidade civil de acordo com as respectivas importâncias de cobertura indicados na planilha a seguir:

4.7.1. Edifício-Sede e Anexo TRE/ES

Tipo de cobertura	Limite Máximo de Indenização (LMI) (R\$)	Franquia Máxima
Incêndio/Raio e explosão de qualquer natureza	29.200.000,00	5% dos prejuízos indenizáveis
Vendaval/Granizo	500.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, com mínimo de R\$ 1.500,00
Danos elétricos	200.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, com mínimo de R\$ 1.500,00
Quebra de vidros instalados no bem segurado, resultantes de	20.000.00	10% dos prejuízos indenizáveis, com mínimo de



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
Seção de Infraestrutura e Manutenção Imobiliária

imprudência ou culpa de terceiros, ato involuntário do segurado e seus empregados, ou ainda resultante de vendaval, chuva ou granizo		R\$500,00
Responsabilidade civil operações	1.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, com mínimo de R\$ 1.500,00

4.7.2. Cartório da 01ª Zona Eleitoral e Depósito de Urnas Eletrônicas - Vitória/ES

Tipo de cobertura	Limite Máximo de Indenização (LMI) (R\$)	Franquia Máxima
Incêndio/Raio e explosão de qualquer natureza	1.647.298,00	5% dos prejuízos indenizáveis
Vendaval/Granizo	100.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, com mínimo de R\$ 1.500,00
Danos elétricos	30.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, com mínimo de R\$ 1.000,00
Quebra de vidros instalados no bem segurado, resultantes de imprudência ou culpa de terceiros, ato involuntário do segurado e seus empregados, ou ainda resultante de vendaval, chuva ou granizo	10.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, com mínimo de R\$500,00
Responsabilidade civil operações	80.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, com mínimo de R\$ 1.500,00

4.7.3. Cartório da 06ª Zona Eleitoral e Almoxarifado – Colatina/ES

Tipo de cobertura	Limite Máximo de Indenização (LMI) (R\$)	Franquia Máxima
Incêndio/Raio e explosão de qualquer natureza	1.920.000,00	5% dos prejuízos indenizáveis
Vendaval/Granizo	150.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, com mínimo de R\$ 1.500,00
Danos elétricos	20.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, com mínimo de R\$ 1.000,00
Quebra de vidros instalados no bem segurado, resultantes de imprudência ou culpa de terceiros, ato involuntário do segurado e seus empregados, ou ainda resultante de vendaval, chuva ou granizo	15.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, com mínimo de R\$500,00



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
Seção de Infraestrutura e Manutenção Imobiliária

Responsabilidade civil operações	100.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, com mínimo de R\$ 1.500,00
----------------------------------	------------	--

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.2. Emitir a apólice em até 15 (quinze) dias, contados após o recebimento da Nota de Empenho ou assinatura do instrumento contratual competente.
- 5.3. Entregar a apólice na Sede do TRE-ES ou enviar para o e-mail *simi@tre-es.jus.br* em até 10 (dez) dias após a sua emissão.
- 5.4. Nomear preposto e disponibilizar para o contratante todos os meios de contato existentes, como nome deste, endereço, e-mail, telefone e fax.
- 5.5. Disponibilizar telefone de atendimento 24 horas para assistência.
- 5.6. Iniciar a avaliação dos danos dos bens móveis e imóveis, até o segundo dia útil seguinte ao recebimento do aviso do sinistro.
- 5.7. Garantir o pagamento das indenizações previstas em contrato dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da entrega da documentação completa necessária para essa finalidade, de acordo com as normas estabelecidas pela SUSEP.
- 5.8. Manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação do certame.
- 5.9. Disponibilizar contato telefônico de corretor responsável para que seja providenciada a documentação legal necessária à prestação dos serviços, incluindo assistência a terceiros, em casos de sinistro.
- 5.10. Atender às determinações regulares do Gestor do Contrato designado para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, assim como as de seus superiores.
- 5.11. Autorizada a contratação, a empresa deverá devolver o instrumento contratual/nota de empenho devidamente assinado em até 3(três) dias úteis, contados a partir do recebimento do mesmo.
- 5.12. O descumprimento do prazo estabelecido para assinatura do instrumento contratual/nota de empenho equivale à recusa em assiná-lo.

6. DA VIGÊNCIA

- 6.1. O prazo de vigência do contrato e da cobertura do seguro será de 12 (doze) meses com início no dia/..../.... e término no dia/..../.... .

7. DA VISITA TÉCNICA

- 7.1. As empresas seguradoras interessadas poderão proceder a inspeção dos prédios ou vistoria para certificar-se do serviço e auxiliar na elaboração das propostas, sendo que esta se dará mediante agendamento prévio através dos seguintes telefones: 2121 8629 ou 2121 8631 para o Edifício-Sede e Anexo do TRE/ES e para os prédios dos Cartórios Eleitorais o agendamento deverá ocorrer através dos telefones informados nos itens 2.2 e 2.3.
- 7.2. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, os licitantes não poderão alegar desconhecimento das condições e grau de dificuldade



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
Seção de Infraestrutura e Manutenção Imobiliária

existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência da presente contratação.

8. DAS VEDAÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

8.1. Para a execução do serviço objeto do presente Termo de Referência não poderão ser contratadas:

8.1.1. Empresas que possuam em seu quadro, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, de ocupantes de cargo de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE/ES, nos termos da Resolução CNJ Nº 07/2005 e alterações posteriores.

8.1.2. Empresas que possuam em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, nos termos da Resolução CNJ Nº 07/2005 e alterações posteriores.

8.1.3. A vedação constante do item anterior se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores da incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.

8.1.4. Havendo alteração no quadro societário e/ou no quadro de empregados que contrarie o disposto na Resolução CNJ Nº 07/2005, essa deverá ser imediatamente comunicada a este Tribunal para as providências julgadas cabíveis.

8.1.5. A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo TRE-ES, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

9. DAS PENALIDADES

Descumprimento	Percentual	Prazo limite	Percentual total	Valor de incidência da multa
Inexecução total ou parcial	-----	-----	30%	Valor do serviço inexecutado
Recusa de manutenção da proposta ou descumprimento do prazo para assinatura do instrumento contratual	-----	-----	20%	Total da Proposta
Qualquer outra obrigação (por ocorrência)	-----	-----	0,5%	Valor do total do contrato



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
Seção de Infraestrutura e Manutenção Imobiliária

9.1. As penalidades acima previstas não se confundem com as regras de indenização em caso de sinistro, que são regulamentadas em normativos específicos.

9.2. Os prazos admitem prorrogação somente nos casos em que o motivo do atraso ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força-maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE-ES.

9.3. A solicitação de prorrogação do prazo deverá ser sempre por escrito, devendo ser recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la.

9.4. As penalidades acima não excluem as demais previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

9.5. A aplicação das multas previstas não exime a Contratada de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração.

9.6. Os valores das multas porventura aplicadas serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à Contratada ou cobrados judicialmente.

9.7. As sanções porventura aplicadas pela Administração serão registradas no SICAF.

9.8. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. Para a contratação, deverá ser apresentada certidão ou declaração da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), atestando a regularidade para operar no mercado brasileiro de seguros.

11. DA PROPOSTA

11.1. Ao encaminhar a proposta, o responsável pelo envio está ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas no presente Termo de Referência, bem como de que a proposta encaminhada vincula a empresa ao cumprimento de seus termos.

12. DO PAGAMENTO:

12.1. O Contratante pagará à Contratada o valor correspondente à contratação, mediante depósito bancário em sua conta-corrente, até o 5º (quinto) dia útil subsequente à apresentação do documento fiscal, devidamente atestado pelo setor competente deste Tribunal, desde que não haja fato impeditivo provocado pela mesma, obedecida a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 5º, da Lei nº 8.666/93.

12.2. A Contratada deverá, juntamente com a apresentação do documento fiscal, informar os dados do seu domicílio bancário(banco, agência e conta) para o correspondente pagamento, bem como, se é optante pelo Simples Nacional. Caso não apresente a informação de opção pelo simples, os



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
Seção de Infraestrutura e Manutenção Imobiliária

impostos e contribuições poderão ser devidamente retidos e recolhidos ao Tesouro Nacional.

12.3. A Contratante confirmará se a Contratada consta/permanece inscrita no Simples Nacional através de consulta ao portal Simples Nacional para fins de cumprimento do disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012(alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1540, de 05 de janeiro de 2015), sem prejuízo de a Contratada informar imediatamente à Contratante qualquer alteração de sua permanência no Simples Nacional. Caso não se confirme a permanência da contratada no Simples Nacional, esta ficará sujeita à retenção de impostos e contribuições, de acordo com a referida Instrução Normativa.

13. VALOR ESTIMADO DO OBJETO

Item	Valor (R\$)
01	
02	
03	
Total	

14. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

14.1. O objeto deste Termo de Referência somente será aceito se atendidas todas as exigências nele contidas, que serão verificadas pela Contratante após a execução dos serviços.

15. DA FISCALIZAÇÃO

15.1 A Contratante, através de seu representante, fiscalizará a execução do contrato, nos aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

16. DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

16.1. A empresa contratada deverá apresentar Certidão Negativa de Feitos de Falência, Recuperação Judicial ou Recuperação Extrajudicial.

Vitória, 02 de setembro de 2020.

BRUNO DA SILVEIRA GOMES
Chefe da Seção de Infraestrutura e Manutenção Imobiliária